# ANTÓNIO DA COSTA LOPES DOUTOR EM FILOSOFIA PROFESSOR DE FILOSOFIA E LETRAS

# A NATURALIDADE PORTUGUESA DO JOGRAL MARTIM DE GINZO

ANOTAÇÕES CRÍTICAS



BRAGA 1964



#### DO AUTOR:

Gomes Pereira. Estudo bio-bibliográfico. Barcelos, 1950.

Pequena história dum grande seminário. Braga, 1950. Esgotado.

Realismo do senso comum e realismo da ciência na filosofia de Meyerson. Braga, 1959.

Martim de Ginzo, jogral português. Braga, 1960 (1.ª edição, esgotada) e 1963 (2.ª edição).

Meyerson e a teoria do conhecimento. Braga, 1961.

O pessimismo filosófico de António Feijó. Braga, 1962.

SEPARATA

DE

O DISTRITO DE BRAGA

Vol. II, 1964, Fasc. III-IV



# A NATURALIDADE PORTUGUESA

DO

JOGRAL MARTIM DE GINZO



# ANOTAÇÕES CRÍTICAS

I

## HISTÓRIA DA QUESTÃO

1. Em 1946, ao demonstrar que o trovador D. João Garcia de Guilhade foi oriundo de Guilhado, lugar da freguesia de Milhazes do concelho de Barcelos <sup>1</sup>, sugeri, como argumento confirmatório da minha tese, a identificação de um certo *Martin jograr*, a que o citado trovador alude, com o jogral Martim de Ginzo. Admitida tal identificação, — pensei eu — era de crer que fosse Ginzo, antiga paróquia do mesmo concelho de Barcelos, a terra de origem desse jogral, já que barcelense era também o travador que a ele se refere.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Cf. D. João Garcia de Guilhade — quem foi? onde nasceu?, art. que publiquei na revista Cenáculo, I (1945-1946), pp. 159-168.

Que eu saiba, a minha demonstração da nacionalidade portuguesa do trovador é comummente aceita pelos autores que até hoje dela tiveram conhecimento directo ou indirecto. Cf. Letras e artes, suplemento literário do jornal Novidades de 25-IX-1946; Arlindo RIBEIRO DA CUNHA, A língua e a literatura portuguesa <sup>6</sup>, Braga, 1963, p. 74; Álvaro Júlio da COSTA PIMPÃO, História da literatura portuguesa, Idade média <sup>2</sup>, Coimbra, 1959, pp. 115-116, 125-126; Feliciano RAMOS, História da literatura portuguesa <sup>6</sup>, Braga, 1963, p. 56; F. MIRANDA DE ANDRADE, Antologia da terra barcelense, no jornal O Barcelense de 9-IX-1961; Manuel de BOAVENTURA, Três trovadores medievais, n'O distrito de Braga, II (1963), pp. 191, 205.

Quanto à naturalidade barcelense do poeta, os mesmos autores a aceitam, notando-se apenas alguma reserva da parte de COSTA PIMPÃO (obra cit., p. 126). Continuo mantendo a minha afirmação da naturalidade barcelense do trovador, não só pelas razões indicadas no meu citado trabalho (as quais, por si sós, julgo suficientes), mas ainda por outras que apresentarei noutro lugar e dentro em breve, se o tempo mo permitir.

Tudo isto — a mencionada identificação e a naturalidade portuguesa e barcelense de Martim de Ginzo — não passava então de simples conjectura — conjectura, no entanto, razoável, uma vez que

D. João Garcia de Guilhade foi, como alvitra Carolina Michaëlis, «trovador *ex professo*, com casa sua e jograis às suas ordens» <sup>2</sup>;

a condição de assalariado daquele trovador quadra muito bem, não só ao jogral Lourenço ³, mas também ao jogral Martim («Martin jograr»), a quem Guilhade dispensa um tratamento familiar, excessivamente familiar até ⁴;

é perfeitamente crível que um trovador português e barcelense tivesse, entre os jograis seus assalariados, um que fosse oriundo da região de Barcelos, qual teria sido o jogral Martim, e que, neste caso, este jogral fosse oriundo da paróquia de Ginzo, sita naquela mesma região — por outras palavras: que esse jogral Martim fosse, exactamente, Martim de Ginzo, tanto mais que

ainda ninguém provara que se devesse atribuir a «Martin jograr» qualquer outra identidade <sup>5</sup>.

Como se vê, tratava-se de uma conjectura interessante, fundada, razoável. Todavia, faltavam-me ainda elementos bastantes para afirmar com segurança o que nela havia de simplesmente hipotético.

Mas esses elementos foram aparecendo. E tanto assim, que em 1949, num pequeno estudo sobre *Portugal e Santa Cecília*, me pronunciei já, embora de passagem e não definitivamente, a favor da naturalidade portuguesa de Martim de Ginzo <sup>6</sup>.

Entretanto, vieram-se juntar ainda outros elementos, e assim cheguei à convicção de que Martim de Ginzo foi um jogral português (mui provàvelmente oriundo da antiga paróquia barcelense de Ginzo, uma vez que nenhuma das outras localidades portuguesas desse nome estava em condições de disputar àquela freguesia a honra de ter dado berço ao jogral).

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Carolina MICHAELIS DE VASCONCELOS, Cancioneiro da Ajuda, Halle, 1904, II, p. 410.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Cf. Carolina MICHAELIS DE VASCONCELOS, ibid., pp. 410-411.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Cf. E. MONACI, Il canzoniere portoghese della Biblioteca Vaticana, Halle, 1875, cantigas n.°s 1101 e 1102. Também se encontram, sob os mesmos n.°s, em Teófilo BRAGA, Cancioneiro portuguez da Vaticana, Lisboa, 1878, e, sob os n.°s 1403 e 1404, em E. PAXECO MACHADO — J. PEDRO MACHADO, Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti), VI, Lisboa, 1958.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Falando de «Martin jograr», Carolina MICHAELIS DE VASCONCELOS (Cancioneiro da Ajuda, II, p. 411, nota 1) diz: «Ignoro quem fosse». Da mesma incerteza partilha J. J. NUNES (Poesia galego-portuguesa ou trovadoresca, na História da literatura portuguesa ilustrada, dirigida por A. FORJAZ DE SAMPAIO, I, Paris-Lisboa, s. d. (1929), p. 102).

<sup>6</sup> Cf. Cenáculo, IV (1948-1949), pp. 154-155.

2. Publiquei, pois, em 1960 o meu trabalho intitulado *Martim de Ginzo*, jogral português, do qual saiu em 1963 a segunda edição <sup>7</sup>.

Que o estudo não foi feito à pressa, está-se a ver pela presente «história da questão», que aparece muito resumida no *preâmbulo* do mesmo. Que o seu autor não ignorava as dificuldades da matéria, expressamente o declarei no dito *preâmbulo*. E que não houve a preocupação de dogmatizar infundadamente, disse-o também eu quando me referi à «necessidade que há de buscar e ponderar o maior número possível de dados para chegar a conclusões que, mesmo assim, nem sempre poderão ser peremptórias» <sup>8</sup>. Por sinal que, ao redigir estas últimas palavras, estava-me na mente um estudo semelhante, que espero publicar em breve e cuja conclusão é justamente a da incerteza.

Em resumo: se afirmei que Martim de Ginzo foi um jogral português, mui provàvelmente oriundo de Ginzo, Barcelos, foi para respeitar a boa crítica histórica, a qual, se nos ensina a saber duvidar, também nos mostra como se pode, em muitos casos, transpor a dúvida pura e simples.

3. Ao que depreendi, já em 1960, das apreciações logo feitas na imprensa periódica, foi favorável, muito favorável até, a aceitação dada pelos críticos às conclusões do meu estudo. E mais recentemente, já em 1963, tive ocasião de verificar idêntica aceitação por parte de dois autorizados representantes da cultura nacional: Feliciano Ramos, distinto crítico e historiador da literatura 9, e Frederico de Freitas, glória da música portuguesa. Este último, em carta que conservo, não só dá «inteira adesão» às minhas conclusões, mas informa haver-se já ocupado de Martim de Ginzo e D. João Garcia de Guilhade, tendo-lhes até musicado parte da respectiva obra poética.

Seja-me lícito, já que de críticos falo, testemunhar a todos—citados aqui nominalmente ou não, conhecidos ou desconhecidos — o meu sincero reconhecimento.

Houve, todavia, neste mesmo ano de 1963, quem discordasse das minhas conclusões: refiro-me à crítica publicada no primeiro volume da *Revista de histó-ria literária de Portugal* <sup>10</sup> e subscrita por Vítor Manuel de Aguiar e Silva.

Teve esta discordância — julgo — um mérito, pelo menos: proporcionou-me ocasião de retomar o assunto, de repensar os argumentos sobre que assentaram as minhas conclusões e de procurar acentuá-los agora mais detidamente e, se possível, com maior clareza também. Ter, porém, abalado esses argumentos ou

 $<sup>^7</sup>$  A 1.ª edição (Braga, 1960) é separata da revista 4 Ventos, 2.ª série, I (1959), n.ºs 3-4; a 2.ª edição (Braga, 1963) é separata d'O distrito de Braga, II (1963), fasc. I-II. No presente trabalho citarei estas duas edições pelas siglas MG e MG², respectivamente.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> MG, p. 6; MG<sup>2</sup>, p. 9.

<sup>9</sup> Feliciano RAMOS, História da literatura portuguesa 6, Braga, 1963, p. 58.

<sup>10</sup> A Revista de história literária de Portugal é «Publicação do Instituto de Estudos Românicos «D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos» (Secção de Literatura)» da Faculdade de Letras de Coimbra. Embora datado de «Coimbra, 1962», o vol. I só apareceu em 1963. A crítica (pp. 307-309) refere-se à 1.ª edição do meu trabalho (MG).

aquelas conclusões, é mérito que, francamente, não posso reconhecer ao meu ilustre Censor (caso contrário, não hesitaria em retratar-me).

Ainda assim, não contestarei a Aguiar da Silva a validade da sua crítica sem, primeiro, render aqui uma dupla homenagem: homenagem, primeiramente, a Costa Pimpão, abalizado historiador da literatura portuguesa, pela nova benemerência que esta última lhe fica devendo com a criação e direcção da jovem revista, à qual desejo o mais próspero e longo futuro; homenagem, depois, a Aguiar da Silva, pela gentileza da sua crítica — gentileza tanto mais de agradecer quanto é certo haver constituído uma surpresa para mim, que jamais solicitei de Aguiar da Silva qualquer apreciação do meu modesto trabalho.

II

#### INEXACTIDÕES

1. As considerações relativas ao nome do jogral, mais os elementos colhidos do exame das suas cantigas, fornecem os dados fundamentais de que depende a solução do problema e que no meu estudo se encontram compendiados deste modo:

«Trata-se:

- 1) de um jogral,
- 2) chamado Martim,
- 3) oriundo de uma localidade provàvelmente chamada Ginzo;
- 4) membro de uma expedição militar;
- 5) personagem de um amoroso entrecho decorrido nas proximidades de uma ermida de Santa Cecília,
- 6) ermida esta situada num lugar conhecido como lugar de Santa Cecília (cf. cantiga III: hu chamam Sancta Cecilia)
- 7) e que, ou se chamaria também *lugar do Soveral*, ou, pelo menos, seria *sítio de sobreiros*, de modo que a citada ermida se pudesse com razão chamar «ermida do soveral» (cantiga VI)» <sup>11</sup>.

Pois bem: ao meu Crítico não mereceram a mínima consideração ou referência os elementos apresentados nas alíneas 1), 2) e 4).

Com efeito, admite Aguiar da Silva que «da interpretação das cantigas ressaltam alguns elementos com interesse para a identificação de MARTIM DE GINZO: ter sido ele interveniente num pequeno drama amoroso decorrido na vizinhança de uma ermida de Santa Cecília [ = alínea 5)], situada num lugar do mesmo nome [ = alínea 6)]; ser este lugar também chamado do Soveral, ou ser então sítio de sobreiros, pois uma cantiga se refere àquela ermida como a «ermida do soveral» [ = alínea 7)]». Mas poder-se-á preterir, como elemento sem qualquer interesse, a alínea 4), ou seja, o que a cantiga I nos diz sobre a participação do

 $<sup>^{11}</sup>$  MG, p. 19;  $MG^2$ , p. 21.

poeta numa expedição guerreira (ferido, fossado) <sup>12</sup>?! E será absolutamente desprezível também a alínea 1), isto é, a sua categoria de simples jogral, manifesta na preposição de, que antecede o seu apelido (de Ginzo), e sugerida, não só pelo jeito popular das suas cantigas, mas também pela cantiga VII <sup>13</sup>?!

Quanto a elementos não colhidos da interpretação das cantigas, Aguiar da Silva atende apenas ao da alínea 3), ou seja, ao apelido *Ginzo*, indicativo do lugar de origem do poeta. Não dedica, porém, à alínea 2) a mínima consideração, como se fosse desprovido de qualquer interesse o facto de ser *Martim* o prenome do jogral.

Não se vá pensar que atribuo definitiva importância às alíneas 1), 2) e 4), isoladamente consideradas. Digo apenas que elas têm certo interesse para a questão, pois sugerem a identificação de Martim de Ginzo com o «Martin jograr» a que se refere D. João Garcia de Guilhade — identificação que, conforme se viu atrás <sup>14</sup> e conforme acentuei no meu trabalho <sup>15</sup>, não é indiferente ao problema em causa (e não foi exactamente essa identificação, meramente conjectural a princípio, que me levou a tratar deste problema?!).

2. Mas Aguiar da Silva não se limita apenas a desatentar nalguns dados da questão: chega ao ponto de me imputar o que nunca afirmei nem admiti. Escreve, com efeito:

«O Dr. COSTA LOPES pode ter certeiramente identificado o lugar de Santa Cecília e a respectiva ermida a que aludem os cantares do jogral, mas, como o próprio Autor reconhece, aquele lugar e aquela ermida nada revelam sobre a naturalidade do poeta».

Ora eu nunca *reconheci* que o lugar e a ermida de Santa Cecília *nada* revelem sobre a naturalidade de Martim de Ginzo.

Disse eu, é certo, que «os dados fundamentais acima enumerados não exigem que a «ermida do soveral» pertença à terra de origem do poeta» 16; mas isso não é dizer que o lugar e a ermida de Santa Cecília nada revelam ou nenhuma informação útil dão acerca da origem do jogral. Na verdade, embora os dados fundamentais do nosso problema não exijam que ele fosse oriundo exactamente do lugar de Santa Cecília, no entanto o facto de eu ter «certeiramente identificado o lugar de Santa Cecília e a respectiva ermida» — esse facto é, só por si, razão suficiente para se concluir que a localidade ou freguesia de Ginzo, terra natal do poeta, se encontra mais provàvelmente no mesmo país em que se encontra o referido lugar de Santa Cecília, isto é, mais provàvelmente em Portugal.

E que realmente assim pensei, que não reconheci que a determinação do lugar e da ermida de Santa Cecília nada revele, mas que expressamente reconheci o con-

<sup>12</sup> Cf. MG, pp. 13, 15; MG2, pp. 16, 18.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Cf. MG, pp. 15, 17; MG<sup>2</sup>, pp. 18, 19.

<sup>14</sup> História da questão, § 1.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> MG, pp. 5, 22-23; MG<sup>2</sup>, pp. 7, 24-25.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> MG, p. 20; MG<sup>2</sup>, p. 22.

trário, isto é, que aquela determinação nos encaminha para a recta solução do problema — tudo isso está bem claro no meu trabalho, a saber:

- 1) quando escrevi que «não se conhece tradição alguma, nem oral nem escrita, relacionada com a existência de qualquer ermida, nomeadamente duma ermida de Santa Cecília, no lugar de Sobral da referida paróquia [galega] de Ginzo», e que «isto abala fortemente a posição de José Joaquim Nunes» 17; e
- 2) quando escrevi que «o primeiro e grande argumento a favor da naturalidade portuguesa de Martim de Ginzo está no facto de existir em Portugal (e só em Portugal, que eu saiba) um lugar de Santa Cecília, que ao mesmo tempo é sítio de sobreiros» (em Sobrado, Castelo de Paiva), e que «a existência deste lugar de Santa Cecília (e, naturalmente, da respectiva ermida, que actualmente já não existe) é comprovada por um documento da própria época em que o jogral viveu, ou seja, pelas Inquirições de 1258» 18.

Como se vê, no meu trabalho dei bem a entender que considerava de grande importância a existência em Portugal, e só em Portugal, de uma localidade que, chamando-se de Santa Cecília, é também sítio de sobreiros. Tal existência constitui, por si só, uma forte probabilidade a favor da origem portuguesa do poeta, conforme acima adverti.

Aguiar da Silva, porém, do mesmo modo que não atendeu a certos dados do problema, assim também, a julgar pelo que mesmo agora acabo de expor, parece não ter prestado a consideração devida ao facto de ser português o lugar de Santa Cecília mencionado na obra poética de Martim de Ginzo. Por tudo isso, já me não custa a perceber porque é que ao meu Crítico não parece que estejamos «perante argumentos que demonstrem, com fortes probabilidades, a origem portuguesa do poeta»...

Entretanto devo acrescentar que o meu ilustre Censor se contradiz a si próprio noutro passo da sua crítica, ao reconhecer que, afinal, a existência do lugar de Santa Cecília e da respectiva ermida sempre nos diz algo de interesse para o caso. Com efeito, ao salientar a falta de «consistência probatória» da afirmação da origem galega do jogral, apresenta, entre outras razões, a de que «no local galego [Sobral] indicado por J. J. NUNES não se regista qualquer tradição oral ou escrita respeitante a Santa Cecília».

3. Quase no fim da sua crítica, escreve ainda Aguiar da Silva:

«Muito interessante é a referência às localidades portuguesas com o nome de Ginzo, entre as quais uma no concelho de Barcelos, embora falte um testemunho que permita relacionar seguramente o nome do jogral com qualquer uma dessas

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> MG, pp. 20-21; MG<sup>2</sup>, pp. 22-23.

localidades. Na ausência deste testemunho, e uma vez que existe na Galiza o topónimo Ginzo, não é lícita qualquer conclusão, a não ser a incerteza».

É evidente que, dada a existência do topónimo *Ginzo* em terras de aquém e além-Minho, necessário se torna relacionar Martim de Ginzo com alguma localidade portuguesa que lhe tenha dado o sobrenome. E não haverá realmente nenhuma notícia, nenhum «testemunho» que permita essa relacionação?

Ao contrário do que pensa o meu Crítico, respondo que existem notícias ou «testemunhos» desses; que eles se encontram exarados mais ou menos explicitamente no meu trabalho; que, se os considerarmos no seu todo convergente, eles nos oferecem a relacionação segura do jogral com alguma entre as localidades portuguesas de Ginzo; que, entre essas localidades, é Ginzo, antiga paróquia barcelense, a que mais títulos reúne para ser tida como lugar exacto do nascimento do poeta; e que a dita relacionação adquire ainda mais realce pelo facto de se não conhecerem testemunhos que fundamentem a relacionação do jogral com qualquer localidade galega de Ginzo, nomeadamente com a citada por José Joaquim Nunes.

Ora vejamos, então, os referidos testemunhos, indicados no meu trabalho:

- 1) a coincidência geográfica de um lugar de Santa Cecília em terreno de sobreiros: de harmonia com o que há momentos acentuei, tal coincidência, testemunhada pelas cantigas do poeta e verificada só em Portugal, por isso mesmo confere grande probabilidade à relacionação de Martim de Ginzo com qualquer localidade portuguesa de Ginzo, de preferência a qualquer lugar galego do mesmo nome;
- 2) por sua vez, o testemunho de D. João Garcia de Guilhade, colacionado com outros elementos registados no meu trabalho 19 e, em parte, no princípio destas anotações críticas, não só nos permite relacionar Martim de Ginzo com qualquer localidade *portuguesa* de Ginzo, de preferência a qualquer lugar galego assim chamado, mas autoriza-nos também a relacionar o jogral com a antiga paróquia *barcelense* de Ginzo, de preferência a qualquer outro lugar português do mesmo nome: com efeito,
  - a) admitido que D. João Garcia de Guilhade, trovador português e barcelense, tomou parte na guerra contra os mouros da Andaluzia e nomeadamente na conquista de Sevilha (1248) — hipótese esta
    - $\alpha$ ) aceita expressamente por López Ferreiro  $^{20}$  e Carolina Michaëlis  $^{21}$ ;
    - β) favorecida por autores como Menéndez Pidal e J. J. Nunes, segundo os quais naquela guerra e nessa conquista deveram

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Cf. MG, pp. 5, 21-23; MG<sup>2</sup>, pp. 7, 23-25.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> A. LÓPEZ FERREIRO, Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela, V, Santiago de Compostela, 1902, pp. 371-372. Cf. Cenáculo, I (1945-1946), cit. em MG, p. 23, e MG², p. 24.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Cancioneiro da Ajuda, II, p. 581.

tomar parte, não só jograis e trovadores galegos <sup>22</sup>, mas também cidadãos portugueses <sup>23</sup>; e

γ) corroborada pelo testemunho do próprio Guilhade, que nos diz ter passado por Segóvia, a noroeste da Serra de Guadarrama <sup>24</sup>;

- b) sabido que outro fidalgo barcelense D. Paio de Azevedo, senhor da casa de Azevedo da freguesia da Lama do concelho de Barcelos se encontrou também na conquista de Sevilha <sup>25</sup>;
- c) admitido que D. João Garcia de Guilhade teve, entre os jograis ao seu serviço, um que ele mesmo cita de nome «Martin jograr» —, a quem trata com evidente familiaridade e que pode muito bem ter sido um dos jograis que na guerra da Andaluzia tomaram parte neste caso, em companhia do trovador barcelense ou do outro fidalgo acima referido, que barcelense era também, ou de ambos;
- d) tendo em consideração o testemunho de Martim de Ginzo, que numa das suas cantigas nos fala da sua participação numa expedição guerreira (ferido, fossado) expedição que, segundo o próprio J. J. Nunes, «é muito provável tenha sido dirigida contra os inimigos da fé cristã» <sup>26</sup>;
- e) dada a existência da antiga paróquia de Ginzo na região barcelense <sup>27</sup>; e
- f) tendo até em conta o facto de uma das variantes do nome desta paróquia, registadas nas *Inquirições* de 1220 e de 1258, ser exactamente *Giizo*, isto é, ter exactamente a mesma grafia com que o sobrenome de Martim de Ginzo aparece no Cancioneiro da Vaticana <sup>28</sup>—

— ponderados e colacionados todos estes elementos, não será razoável admitir que Martim de Ginzo, além de ser português, foi também o «Martin jograr» a que alude o trovador barcelense, e que, neste caso, a freguesia barcelense de Ginzo foi, mui provàvelmente ao menos, a sua terra natal?!

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, Poesía juglaresca y juglares 4, Madrid, 1956, p. 108 (cit. em Cenáculo, I (1945-1946), pp. 162, 163, em MG, p. 23, e MG², p. 25).

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Cf. J. NUNES, A propósito da naturalidade dos trovadores galego-portugueses, na Revista lusitana, XXVI (1925-1927), p. 165. Já em Cenáculo, I (1945-1946), pp. 160, 162, 163, tive em conta o art. que acabo de citar.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> «Vin aqui a Segobia morrer» — diz Guilhade na cantiga n.º 238 do Cancioneiro da Ajuda (ed. H. H. CARTER, Nova Iorque-Londres, 1941, p. 138). Cf. a revista Cenáculo, I (1945-1946), p. 165.

<sup>25</sup> Cf. Teotónio da FONSECA, O concelho de Barcelos aquém e além-Cávado, Barcelos, 1948, I, p. 277.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> J. J. NUNES, Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses, I, Coimbra, 1928, p. 310.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Há já bastante tempo que esta freguesia foi anexada civil e eclesiàsticamente à de S. Pedro de Alvito do mesmo concelho de Barcelos. Sobre a história de Ginzo cf. Teotónio da FONSECA, *obra e vol. cit.*, pp. 104-109.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Cf. MG, pp. 17-18, 21; MG<sup>2</sup>, pp. 19, 23.

Mestres insignes de metodologia e crítica históricas, tais como Z. García Villada e Ernst Bernheim, ao tratarem da necessidade que há de apreciar os dados não apenas isoladamente mas no seu conjunto, e ao porem em relevo o papel a desempenhar pela inteligência e pela fantasia do historiador na combinação dos mesmos dados — combinação que, no entanto, deve respeitar sempre estes últimos —, chegam ao ponto de exigirem no historiador uma capacidade especial, uma espécie de «intuição», que o há-de dirigir na por vezes tão delicada tarefa combinatória <sup>29</sup>.

Longe de contestar as normas e afirmações de tão autorizados mestres, procurei, antes, segui-las no meu trabalho, como procuro e procurarei pô-las em prática nestas anotações. Apenas, no presente caso, nem sequer vejo que se torne necessária uma argúcia especial para reconhecer a existência dos testemunhos a que o meu Censor alude e para extrair da visão conjuntiva dos mesmos a relacionação segura que, pelos vistos, escapou a Aguiar da Silva.

III

### CONCLUSÃO

1. Já me referi à opinião do meu Crítico, segundo a qual não parece que estejamos «perante argumentos que demonstrem, com fortes probabilidades, a origem portuguesa do poeta». Transcrevi e comentei também as considerações que levaram Aguiar da Silva a julgar que «não é lícita qualquer conclusão, a não ser a incerteza». Por último, registarei agora as palavras com que o meu ilustre Censor termina a sua apreciação do meu trabalho:

«É indubitável que depois das observações do Dr. COSTA LOPES não é admissível continuar a inserir calmamente o nome de MARTIM DE GINZO na teoria dos trovadores e jograis galegos, embora faltem os elementos que permitam incluí-lo legitimamente no grupo dos poetas trovadorescos portugueses».

Quer dizer: a dar crédito a Aguiar da Silva, a naturalidade portuguesa de Martim de Ginzo nem sequer goza de «fortes probabilidades», e a conclusão única a respeito da origem do poeta reduz-se à mera «incerteza», de modo que o jogral nem pode ser incluído «calmamente» no grupo galego nem «legitimamente» no grupo português de poetas medievais.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Cf. Z. GARCÍA VILLADA, Metodología y crítica históricas <sup>2</sup>, Barcelona, 1921, c. XX (Síntesis y exposición); E. BERNHEIM, Introducción al estudio de la historia <sup>3</sup>, trad. P. GALINDO ROMEO, Barcelona, 1937, c. III, § 5 (Combinación y síntesis).

Para que o leitor possa, enfim, julgar de que lado está a razão — se da parte do meu ilustre Censor ou da minha —, não há como apreciar agora, no seu conjunto, as razões que militam a favor da naturalidade portuguesa de Martim de Ginzo, comparando-as com a razão ou razões atendíveis que até hoje foram apresentadas a favor da sua origem galega. Como, porém, no decorrer das presentes anotações críticas já chamei suficientemente a atenção do leitor para essas razões, creio que para a apreciação conjuntiva e comparativa destas últimas bastará a sua enumeração pura e simples.

Seja-me, entretanto, permitido esclarecer bem o motivo por que nessa enumeração não vai aparecer o topónimo galego *Sobral* como elemento a favor da origem galega do poeta:

Conforme acentuei no meu trabalho 30, a existência do lugar de Sobral na freguesia galega de Santa Marina de Ginzo, por muito interessante que à primeira vista pareça, não tem aquela força probatória que J. J. Nunes lhe atribuiu. Efectivamente, de harmonia com a interpretação das cantigas de Martim de Ginzo, o que verdadeiramente interessa para o caso não é, pura e simplesmente, a existência de um lugar de Sobral, mas, sim, a existência de um lugar de Sobral ou sítio de sobreiros que se chame também lugar de Santa Cecília, por nele ter demorado a respectiva ermida. Ora não é esse o caso do lugar de Sobral da freguesia de Santa Marina de Ginzo, visto não se conhecer memória alguma, nem oral nem escrita, relacionada com a existência, lá, de qualquer ermida, nomeadamente duma ermida de Santa Cecília.

Igualmente curioso é o facto de também na antiga paróquia barcelense de Ginzo haver um sítio chamado do Sobral, como pude averiguar recentemente <sup>31</sup>. No entanto, uma vez que também não há qualquer indício de este lugar se ter chamado de Santa Cecília ou de nele ter havido uma ermida de Santa Cecília, por isso mesmo, ao enumerar os elementos a favor da naturalidade portuguesa e barcelense do poeta, não incluirei a existência do topónimo Sobral em Ginzo, Barcelos.

<sup>30</sup> MG, pp. 19-20; MG2, pp. 21-22.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> Tive, com efeito, ocasião de passar por Ginzo, Barcelos, em Novembro de 1963, e, por informações que lá recebi então do Rev. P. Manuel Antunes Pereira, pároco de Alvito (S. Pedro) e Ginzo, bem como dos Srs. António Magalhães dos Santos, de 68 anos de idade, e José da Silva, de 57, ambos naturais de Ginzo, verifiquei que existe nessa antiga paróquia o lugar do Sobral, onde não faltam vários prédios rústicos também chamados do Sobral. Um destes encontra-se registado com o nome de Campo do Sobral na Conservatória do Registo Predial de Barcelos (Indice real de Alvito (S. Pedro) e Ginzo, fl. 2, n.º 2725).

Conquanto posterior à redacção de MG e  $MG^2$ , esta verificação, todavia, em nada altera o valor da argumentação de MG e  $MG^2$ , conforme se está vendo pelo texto e contexto a que esta nota se refere.

2. Posto isto, eis aqui a enumeração conjuntiva e comparativa das razões

a favor da naturalidade galega de Martim de Ginzo: a favor da naturalidade portuguesa e barcelense . de Martim de Ginzo:

apenas uma: a existência do topónimo Ginzo na Galiza.

a existência em Portugal (e só em Portugal, que eu saiba) de um lugar de Santa Cecília em terreno de sobreiros — existência comprovada por um documento da própria época do jogral, isto é, pelas *Inquirições* de 1258;

a existência do topónimo Ginzo em Portugal, merecendo especial atenção, ao menos por já ter sido freguesia, a localidade barcelense de Ginzo; a referência de D. João Garcia de Guilhade, trovador português e barcelense, a um jogral chamado Martim («Martin jograr») — referência que torna muito prováveis a identificação desse jogral com Martim de Ginzo e a naturalidade portuguesa e barcelense do poeta assim identificado, se se tiver em conta

que D. João Garcia de Guilhade era trovador *ex professo*, com jograis às suas ordens; que um desses jograis seus assalariados teria sido exactamente «Martin jograr», a quem o trovador dispensa familiar tratamento;

que o mesmo trovador passou por Segóvia, provàvelmente incorporado nalguma expedição militar contra os mouros da Andaluzia, talvez até na mesma expedição guerreira em que certamente participou D. Paio de Azevedo, fidalgo também português e barcelense;

que Martim de Ginzo, além de ser Martim de nome e jogral de profissão (quadrando-lhe, portanto, a referida designação de Martin jograr), tomou também parte numa expedição guerreira que, tendo sido mui provàvelmente dirigida contra os inimigos do cristianismo 32, podia muito bem ter sido alguma em que os barcelenses D. João Garcia de Guilhade e D. Paio de Azevedo participaram na Andaluzia; e

que uma das variantes do nome da paróquia barcelense de Ginzo, registadas nas *Inquirições* de 1220 e de 1258, tem exactamente a mesma grafia com que o apelido do nosso jogral aparece no Cancioneiro da Vaticana, isto é, *Giizo*.

<sup>32</sup> Cf. J. J. NUNES, atrás citado (nota 26).

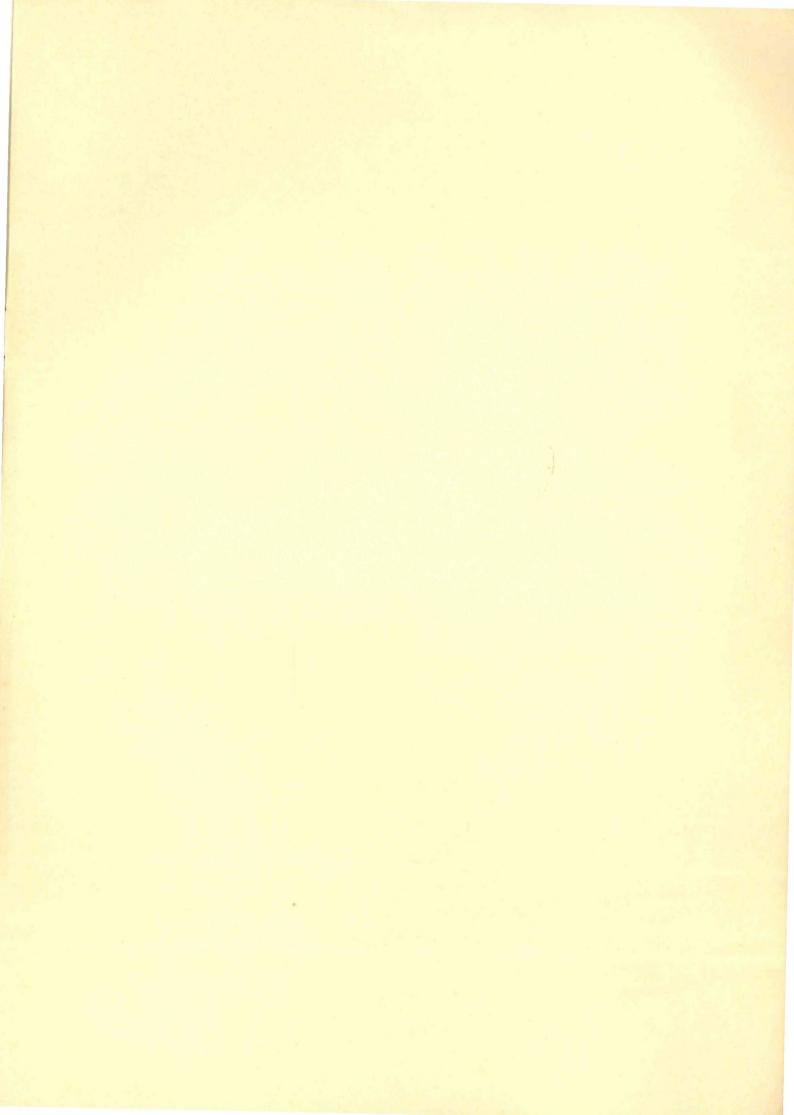
3. Nunca afirmei nem afirmo que cada uma das razões a favor da naturalidade portuguesa de Martim de Ginzo permita, só por si, uma conclusão certa. Disse, sim <sup>33</sup>, e agora repito, que essas razões nos oferecem outras tantas probabilidades, maiores ou menores: assim, por exemplo, a probabilidade resultante da segunda razão (existência do topónimo Ginzo em Portugal) não é de tanto peso como a probabilidade que advém da primeira razão (existência, só em Portugal, de um lugar de Santa Cecília em terreno de sobreiros). E, se, apesar de tudo, concluí pela afirmação da naturalidade portuguesa do jogral, também expliquei porquê <sup>34</sup>: foi pela consideração daquelas probabilidades, não apenas quanto ao seu número e ao valor de cada uma isoladamente apreciada, mas na totalidade convergente das mesmas e no seu confronto com a única e relativamente pouco valiosa razão a favor da naturalidade galega.

Terá o meu ilustre Censor atendido suficientemente àquele número, àquele valor, a esta convergência, a este confronto?

Julgo sinceramente que não: na verdade, se tivesse atendido suficientemente, não creio que pudesse ter chegado ao ponto de nem sequer admitir como fortemente provável a origem portuguesa de Martim de Ginzo. E é por isso que, embora esteja reconhecido a Aguiar da Silva pela sua gentil apreciação do meu trabalho, não posso deixar de rejeitar o que nela há de improcedente.

<sup>33</sup> MG, p. 23; MG2, p. 25.

<sup>34</sup> Cf. MG, pp. 20, 23; MG2, pp. 22, 25.



Composto e impresso na LIVRARIA EDITORA PAX, LDA. Rua do Souto, 73 a 77 — Telef. 22604 BRAGA

